



## O *Dia das Letras* no sistema literário galego.

O caminho para o reconhecimento da autoridade da Academia.

**Roberto López-Iglésias Samartim**

## **O Dia das Letras no sistema literário galego.**

O caminho para o reconhecimento da autoridade da Academia. \*

O objectivo das minhas palavras é tentar explicar brevemente a função que o DIA DAS LETRAS GALEGAS desempenhou e desempenha no Sistema Literário da Galiza desde a sua institucionalização por parte da Real Academia Galega (RAG) em 17 de Maio de 1963, e como esta celebração cumpre um destacado papel no reconhecimento dumha autoridade da Academia nem sempre admitida pacificamente por vários dos grupos que também se postulam desde os anos sessenta como agentes normalizadores dum sistema cultural periférico como o galego.

Para compreendermos alguma coisa do que significou e significa o Dia das Letras no Sistema Literário Galego, devemos recuar um século até a criação da RAG em 1905 pelos agentes do galeguismo liberal apoiados, principalmente no económico, pelo enclave da emigração localizada na Havana, criação na qual jogaram um destacado papel figuras como Manuel Curros Enríquez ou Fontenla Leal. Permitam-me esta viagem para indicar que a criação da, na altura, Academia Gallega (Real desde o ano seguinte), significou para este galeguismo umha conquista definitiva e um ponto de chegada, porque entendia que com este organismo encarregado de velar pelo conhecimento da história, da literatura e da língua galegas, a Galiza contava já com um elemento institucional necessário para se homologar com outros sistemas normalizados próximos, nomeadamente co espanhol.

Mas a fundação da RAG significa sobretudo umha vitória (ainda que precária) dos partidários da criação dum sistema cultural autónomo na Galiza nucleados em volta da figura de Manuel Murguía, patriarca das letras galegas e home de Rosalía de Castro, na luta desenvolvida ao longo da segunda metade do século XIX para a institucionalização dos seus postulados em oposição aos agentes defensores dum sistema regionalizado e dependente do espanhol, agentes entre os quais ocupa um lugar de destaque a escritora Emilia Pardo Bazán, que pretende controlar a nova instituição para afiançar a sua posição pessoal no sistema literário espanhol.

Porém, a Academia nasce fortemente debilitada nas suas aspirações galeguistas por causa da confrontação entre estes dous grupos. Dum lado, os agentes do galeguismo trabalham decididamente na criação de instituições próprias e na reabilitação da língua galega, considerada elemento distintivo fundamental e material chave e definidor dum sistema cultural autónomo e diferenciado do espanhol, e procuram em Portugal, entendido como *referente de reintegração*<sup>1</sup>, o reforço necessário para a consecução dos seus fins. Doutra lado, os espanhóis tentam secundarizar o *protossistema* galeguista, convertê-lo num *subsistema* do espanhol, e utilizam materiais galegos temáticos ou lingüísticos para se posicionarem por via do exotismo no sistema hispano, oponhem-se frontalmente as tentativas de criação por parte dos primeiros dum *intersistema cultural* galego-luso-brasileiro e negam à língua da Galiza a condição de *norma sistémica*, isto é, de baliza delimitadora da pertença ao sistema cultural galego em construção tal como pretendiam os galeguistas. Nesta situação, a fundação da Academia é o resultado dum pacto entre estes dous sectores, o do seu primeiro presidente Manuel Murguía e o da sua presidenta de honra, a condessa de Pardo Bazán, em cuja casa corunhesa está a sede da RAG desde 1979; umha RAG que cai na indigência mais absoluta (política, material e humana) já antes da morte do patriarca em 1923, e que nom terá apenas incidência na cena cultural da Galiza desde a sua criação até a celebração do primeiro Dia das Letras Galegas em 17 de Maio de 1963.

Co fim da Guerra Civil em 1939 acabam também os projectos regeneradores do galeguismo cultural e político da geração Nós, nucleada em volta de Afonso Daniel Rodríguez Castelao e de Alexandre Bóveda. Depois da Guerra, depois do assassinato ou do exílio dos agentes mais lúcidos

e activos do galeguismo, a reivindicação da cultura galega traslada-se para o exterior (principalmente para Buenos Aires) e aqueles agentes que tinham ficado no interior vem-se obrigados a um silêncio que chegará até o ano de 1950 em que morre Castelao no exílio e o galeguismo do interior decide abandonar definitivamente a dificultosa linha da reivindicação política para se centrar na luta cultural. Com este fim, os agentes vindos do galeguismo de pré-guerra (Fernández del Riego e Ramón Piñeiro entre outros) criam a editorial Galaxia neste ano de 1950 com dous objectivos fundamentais: Por um lado, reforçar um sistema precarizado por meio da publicação dos poetas clássicos da literatura galega (Rosalía, Curros, Pondal...) e da edição de ensaios sobre aqueles temas que a priori entendiam como conformadores do *ser galego* (a saudade, o humorismo...). Contudo, conscientes da necessidade de preencher os múltiplos défices do sistema, os homes de Galaxia também acolhem novos produtores (sobretudo narradores) que, como Carlos Casares, na altura experimentam com novos repertórios na linha dos aplicados polos cultores do “nouveau roman” na França, para além daqueles outros repertórios mais tradicionais identificados co ruralismo e girando em volta do fenómeno da emigração, como os utilizados por Neira Vilas nas suas *Memorias dun Neno Labrego*.

Por outro lado, o outro objectivo fundamental dos galeguistas de Galaxia é recuperar a memória do passado e retomarem o projecto do álbum Nós, para o qual editam em 1951 a revista *Grial*. Pensada como uns cadernos monográficos de periodicidade trimestral para poder assi ultrapassar a proibição governamental de criar novas publicações periódicas, foi proibida polas autoridades franquistas um ano despois e nom puido ser novamente editada, já como “Revista galega de cultura”, até o ano de 1963, chegando até a actualidade como referente

dunha cultura galega aberta, con vocación universal, non localista, no espírito da xeración Nós e do Seminario de Estudos Galegos. [...] Unha revista aberta, conectada co mundo, capaz por unha banda de relacionar entre si voces que daquela estaban dispersas e, ao mesmo tempo, de incorporar outras novas, novos creadores, a xeración que non fixera a guerra, sobre todo, e que, chegado o momento, había de tomar o relevo<sup>2</sup>.

Fruito deste labor dinamizador de Galaxia, e dunha relativa abertura do regime franquista, nesse mesmo ano de 1963 a Real Academia Galega, presidida polo galeguista afim a Galaxia Sebastián Martínez-Risco y Macías, consegue a permissom governamental para comemorar no dia 17 de Maio o centenário da publicação de *Cantares Gallegos*, a obra com que Rosalía de Castro inicia o Ressurgimento galego no século XIX. Coa homage a esta figura cimeira e centro canónico indiscutido do mundo referencial galeguista nasce o Dia das Letras Galegas, que a partir desse ano de 1963 estará dedicado a homenagear cada 17 de Maio as figuras que, segundo o critério da RAG, mais contribuírom para a normalização cultural da Galiza -os anos imediatamente posteriores fôrom dedicados a Daniel Castelao, Eduardo Pondal, Francisco Añón, Manuel Curros Enríquez...

Mas, se bem a celebração do Dia das Letras Galegas conseguiu dar à RAG umha relativa presença no panorama cultural da Galiza após 1963, nom foi suficiente para legitimar a instituição académica perante o novo nacionalismo galego de esquerda nascido a inícios dessa mesma década de sessenta. Este nacionalismo rupturista de esquerda cria as suas próprias plataformas culturais de base (desde editoras como Xistral até associações culturais como O Galo ou O Facho), privilegia por meio dos produtores a elas ligados géneros como o teatro de intervenção inspirado em Bertolt Brecht e a poesia social-realista, como a praticada polo prolífico poeta e também dramaturgo Manuel María, denuncia a longa Noite de Pedra com que desde Celso Emilio Ferreiro era identificado o franquismo, e enfrenta-se à Academia, acusada por este nacionalismo de formalista, folclorista e inoperante ao limitar os seus trabalhos à publicação simplesmente dum “Boletim”, virado para a antropologia e maioritariamente em espanhol, e organizar apenas actos protocolares de exaltação da figura homenageada cada 17 de Maio.

Assi as cousas, em 1970 o *protossistema* literário galego assiste a um acontecimento de orde institucional que contribuirá para acelerar as tomadas de posição dos vários agentes que na altura lutam polo controlo do centro do próprio sistema. Neste mesmo ano de 1970 em que o regime franquista promulga umha Ley General de Educación que abre a porta à inclusom das “lenguas nativas” (as diferentes do espanhol) no sistema de ensino obrigatório, a RAG promulga umhas Normas Ortográficas -coincidentes no básico coas utilizadas por Galaxia nas suas publicaçoms- imediatamente contestadas polo, na altura, Instituto de la Lengua Gallega (ILG) criado em 1971 na Universidade de Santiago de Compostela. Esta instituição universitária posiciona-se no campo científico-cultural do momento e impugna a autoridade da Academia em matéria de fixaçom normativa corrigindo o modelo proposto pola RAG um ano antes através da publicaçom em 1971 do seu método de aprendizagem *Gallego 1*, manual este que chega ao mercado editorial da Galiza co aval do capital simbólico fornecido pola Universidade num tempo em que saem do prelo numerosos materiais pedagógicos visando umha incorporaçom do galego ao sistema de ensino que nom chegará até 1982. O ILG soma-se assi desde o espaço universitário à contestaçom da autoridade da Academia que o nacionalismo de esquerdas exercia no campo político, um nacionalismo que negará durante anos a legitimidade da RAG tanto para elaborar a fixaçom normativa do galego como para designar a figura homenageada cada 17 de Maio.

Neste sentido, o momento de máxima contestaçom por este nacionalismo de esquerdas da autoridade da Academia para designar a pessoa a quem dedicar o dia 17 de Maio ocorre na segunda metade da década de 70 co boicote ao Dia das Letras: Quando a Academia dedica o ano de 1975 a comemorar a obra do precursor Manuel Pintos, as associaçoms culturais nacionalistas decidem homenagear o ‘poeta da raça’, Ramón Cabanillas; no ano seguinte é Cabanillas o homenageado pola Academia, e essas mesmas associaçoms agrupadas na frente cultural da Asemblea Nacional-Popular Galega (AN-PG) escolhem como motivo de reivindicaçom a normalizaçom do idioma; e o mesmo vai acontecer no ano de 1977, por mais que a RAG faga outro chamamento à adesom desse nacionalismo universitário coa escolha dum dos pais do nacionalismo galego, Antón Villar Ponte, como objecto da sua homenagem institucional em 17 de Maio. O último capítulo deste questionamento directo da *auctoritas* académica para escolher a figura celebrada no Dias das Letras tem lugar em 1979, quando a RAG opta por homenagear o poeta vanguardista Manuel Antonio e recebe a contestaçom na forma dum manifesto intitulado significativamente “Tirade as vosas suxas mans de Manuel Antonio”, mas já agora a oposiçom procede do provocador Colectivo Poético Rompente de Antón Reixa, Alfonso Pexegueiro, Manuel María Romón e Alberto Avendaño, um grupo periférico dentro desse nacionalismo de esquerdas a que vimos fazendo referências.

Enfim, esta contestaçom directa à comemoraçom oficial do Dia das Letras Galegas pola RAG vai-se apagando aos poucos, e ao apoio oferecido à Academia desde a primeira hora por Galaxia -que edita algumha obra significativa ou antológica do produtor a quem se dedica a data- une-se desde 1970 a Cátedra de Línguística e Literatura Galegas da Universidade de Santiago de Compostela (ocupada na altura polo home de Galaxia Ricardo Carvalho Calero) coa ediçom dalgum folheto sobre a figura celebrada, e tamém o nacionalismo cultural adere à celebraçom ao lado das instituiçoms oficiais principalmente a partir da instauraçom do regime autonómico nos anos oitenta, promovendo nesse dia festivais, prémios literários, concursos, recitais, conferências... e toda a classe de actuaçoms que visam o reforço do sistema em todos os seus elementos constituintes, nomeadamente na formaçom de públicos para a literatura galega por meio do lançamento no mercado editorial -na maioria dos casos co apoio das instituiçoms autonómicas- de produtos relacionados coas figuras reivindicadas cada 17 de Maio: reeditando as suas obras e publicando numerosos monográficos críticos sobre essas mesmas figuras que se quer canonizar.

Contodo, conseguido o reconhecemento no tocante à escolha da figura a quem dedicar o Dia das Letras Galegas e o acompañamento nas celebracións dum nacionalismo cada vez mais institucionalizado e interessado no mercado escolar e editorial, ainda ficava à Academia a consecução do acatamento da sua competência no referido ao outro dos grandes temas que apontamos acima, a fixação dum modelo normativo para o galego. Por sua parte o ILG, que ao longo dos anos setenta tinha discutido a autoridade da Academia neste ponto, unifica coa RAG a sua proposta normativa e ambas aprovam, em sesión conjunta de 3 de Julho de 1982, as *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, oficializadas polo governo da Galiza por meio do Decreto de Normativización da Lingua Galega em 20 de Abril do ano seguinte; fica assi estabelecido por decreto do poder político autonómico que à Academia e ao Instituto universitário corresponde, em parceria, o controlo sobre a codificação da língua estándar<sup>3</sup>. Por outro lado, em 15 de Junho desse ano de 1983 o Parlamento Galego, do qual foram expulsos três dos quatro representantes que na altura tinha o nacionalismo de esquerdas, aprova por unanimidade a Lei de Normalización Lingüística hoje em vigor<sup>4</sup>. Na Disposición Adicional desta Lei afirma-se que

Nas cuestións relativas á normativa, actualización e uso correcto da lingua galega, estimarase como criterio de autoridade o establecido pola Real Academia Galega.

Esta normativa será revisada en función do proceso de normalización do uso do galego.

Fica assi estabelecida por Lei do poder autonómico a *auctoritas* da Academia em ausência da maioria do nacionalismo de esquerdas; um nacionalismo que desde os anos oitenta foi agrupando-se, acumulando presença social e representação institucional, que em maior ou menor grau sempre defendeu (na linha do galeguismo histórico das figuras do Ressurgimento e da geração Nós) a reintegração lingüística e cultural num *intersistema* galego-português como horizonte e garantia de soberania cultural<sup>5</sup>, e que até este ano de 2003 continuou a impugnar o direito da RAG a se fazer obedecer em questões relativas à fixação normativa (polo menos fora dos campos do ensino nom universitário e da Administração) e a demandar desde o âmbito sócio-cultural, político e científico um acordo geral sobre a língua que inclua também a questão codicológica e, ao menos retoricamente, o respeito do direito à legítima discrepância que assiste aos agentes empenhados decididamente na Normalização Lingüística e Cultural da Galiza, entendida aqui como a consecução do monolingüismo social em galego.

Com efeito, até aqui fomos descrevendo o longo caminho percorrido por umha Real Academia Galega à qual o nacionalismo de esquerdas discutia a potestade (agora si) para decidir sobre duas questões fundamentais que afectam o processo de normalização lingüística e cultural da Galiza: num primeiro momento a canonização dos seus agentes e repertórios através da celebração do Dias das Letras Galegas, e até este ano a fixação do modelo normativo do galego, no fundo a batalha simbólica da localização cultural da Galiza; apontamos que no primeiro caso este caminho começou hai quarenta anos, em 1963, coa primeira celebração do Dia das Letras Galegas; que no segundo caso esta potestade foi delegada polo poder político da Junta da Galiza nos inícios do regime autonómico; e insinuamos que este caminho tem neste ano de 2003 um ponto de chegada fundamental, porque é justamente neste mesmo ano quando a prática totalidade do nacionalismo galego de esquerdas vai assinar simbolicamente a paz coa Academia e acatar o poder que a Lei de Normalización Lingüística reserva a esta instituição.

Para evidenciar este último ponto devemos dizer antes de mais que a RAG deve a quem até o ano 2001 foi seu presidente, Francisco Fernández del Riego, o labor determinante da abertura da instituição a muitos dos sectores culturalmente mais activos da sociedade galega; e que na sessão de despedida do velho galeguista como presidente da RAG em Novembro de 2001, o seu plenário

rejeitou umha proposta no sentido de introducir algunhas mudançás na normativa oficial, proposta achegada polo ILG e os departamentos de língua galega das três universidades da Galiza e saída das conversas convocadas e moderadas pola Asociación Sócio-Pedagóxica Galega -valedora juntamente cos membros do Departamento de Língua Galega da Universidade da Corunha das posiçõs lingüísticas do nacionalismo com representaçom parlamentar. Por mais que várias das treze persoas que elaborárom o texto apresentado ao plenário da RAG fossem tamém membros da Academia, os motivos alegados para a rejeiçom da proposta fõrom de orde formal e de falta de protagonismo académico nas conversas prévias, polo qual a partir desse momento foi oficialmente criada umha comissom coa participaçom de quatro representantes da Academia, um por cada departamento universitário e outro polo ILG. Todo indica que neste ano de 2003 a RAG vai introducir nas *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego* algunhas das mudançás rejeitadas em 2001<sup>6</sup>.

Por outro lado, o poeta e nacionalista de esquerdas Manuel María antes citado, proposto como membro da Academia em 1968 (!), leu por fim no passado mês de Abril o seu discurso de ingresso nesta instituiçom. No Dia das Letras Galegas deste ano 2003 a figura homenageada unanimente por todos os sectores da cultura galega foi o poeta Antón Avilés de Taramancos, fundador da Asociación de Escritores em Língua Galega, da Mesa pola Normalización Lingüística, e militante e vereador responsável pola área de cultura do seu concelho natal por esse nacionalismo de esquerdas que já agora se sente representado na Academia e obrigado polos seus ditados.

\* Este texto, publicado no número 33 da revista bracarense FORUM (Jan-Jun 2003, pp. 59-69), recolhe no básico a conferência que, sob o título *O Dia das Letras no Sistema Literário Galego*, foi pronunciada polo Dr. Roberto Samartim, membro do Grupo de Investigación GALABRA (USC) e na altura professor da Universidade de Vigo, em 23 de Maio de 2003 no Museu Nogueira da Silva de Braga a convite da Biblioteca Pública dessa cidade e do Centro de Língua e Cultura Galegas da Universidade do Minho.

<sup>1</sup> Para este conceito de referente de reintegração, e outros que serán utilizados adiante como protossistema, subsistema, intersistema, norma sistémica ou referente de oposição, podem ver-se os trabalhos do professor e director do grupo de investigación Galabra (USC) Elias J. Torres Feijó, em especial “Norma lingüística e (inter-)sistema cultural: o caso galego”, *Actas do Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera. I Encuentro de Lusitanistas Españoles* (ed. Juan M. Carrasco González, M<sup>a</sup> Jesús Fernández García e M<sup>a</sup> Luísa Tindade Madeira Leal), Cáceres, Universidad de Extremadura, 2000, Tomo II, p. 967-996.

<sup>2</sup> Víctor F. Freixanes, “Conversas con Francisco Fernández del Riego e Xaime Isla Couto. Corenta anos de GRIAL”, *Grial* 157, XLI (Vigo, Galaxia, Jan.-Mar. 2003) p. 51.

<sup>3</sup> Estas duas instancias «poderán, *previo acordo conxunto*, elevar á XG [Junta da Galiza] cantas melloras estimen convenientes incorporar ás normas básicas» (DOG 20/4/83; itálicos nossos).

<sup>4</sup> «A unanimidade abranxeria a AP [direita, estatal] -grupo de governo-, UCD [(centro-)direita, estatal], PSOE [(centro-)esquerda, estatal], PCG [comunista, estatal] e EG [esquerda, nacionalista], xa que os tres deputados da coaligación Bloque Nacional-Popular Galego/Partido Socialista Galego [esquerda, nacionalista] foran expulsados en Novembro do ano anterior, ao aplicar-se-lles de forma ilegal e non prevista regulamentariamente a obriga de xurar acatamento á Constitución» (M<sup>a</sup> Pilar García Negro, *O galego e as leis. Aproximación sociolingüística*, Vila-Boa, Edición do Cumio, 1991, p. 301).

<sup>5</sup> Soberania cultural só possível, pensamos, coa aplicación de materiais identitários, suficientes, diferentes e concorrentes com respeito ao seu *referente de oposición*; eis a verdadeira questom que envolve as polémicas sobre codificación lingüística, a idoneidade dos materiais propostos para a consecução da (desejada?) normalização cultural; tal e como afirma o professor Elias J. Torres Feijó (*op. cit.*, p. 970): «Na medida em que os materiais com que é (re-)construído esse sistema sejam mais ou menos suficientes e diferenciais a respeito do RO [Referente de Oposición], e em dependência do grau de competitividade em relação a esse mesmo referente, o grupo que pretende emancipar-se terá maior ou menor êxito, disporá de instrumentos que lhe permitam a emancipação cultural e o exercício da sua soberania ou, polo contrário, será conduzido à regionalização, à dialectalização (nom apenas lingüística, cultural sobretudo) ou mesmo à diluição dentro do espaço cultural que pretensamente queria ser impugnado».

<sup>6</sup> A Academia aprovou por maioria em sessão celebrada no dia 12 de Julho de 2003 a reforma do texto das *Normas ortográficas e morfolóxicas do Idioma galego*. Estas mudanças correspondem-se no básico coas propostas em 2001, ainda que rebaixadas nalgum ponto concreto.

**Roberto L. I. Samartim** (Redondela, 1971) é membro do grupo de investigação GALABRA (de Estudos nos Sistemas Culturais Galego, Luso, Brasileiro e Africanos de Língua Portuguesa) e bolseiro de investigação na Universidade de Santiago de Compostela. Licenciado em Filologia Galega (com Prémio Extraordinário), Filologia Portuguesa e Diploma de Estudos Avançados no programa de Estudos Clássicos e Medievais pola USC. Diploma de Estudos Portugueses pola Universidade de Lisboa e bolseiro de investigação no Instituto Camões, leccionou aulas de língua portuguesa para o Concelho de Redondela, para a EGAP e, como professor visitante, no departamento de Filologia Galega e Latina da Universidade de Vigo. No ano 2002 foi-lhe concedido o XIIº Prémio de Investigación Lingüística e Literária 'Ricardo Carvalho Calero' polo traballo *A DONA DO TEMPO ANTIGO. MULHER E CAMPO LITERÁRIO NO RENASCIMENTO PORTUGUÊS (1495-1557)*, publicado em 2003 por Laiovento. De Junho de 2002 a Fevereiro de 2004 foi membro da Comisión Permanente da Mesa pola Normalización Lingüística.

Revisão textual: Fernando V. Corredoira  
Maquetação: Luz Castro



A presente edición de  
**O Dia das Letras no sistema literário galego. O camiño para o  
reconhecimento da autoridade da Academia**  
é distribuída pola **GZe-ditora**,  
projecto editorial electrónico da  
Associaçom Galega da Língua (**AGAL**),  
inserido no **Portal Galego da Língua**.  
<http://www.agal-gz.org>

Próximas publicacións:  
*A Sentença Eichman: a Liberdade de Expressão é mais que uma Bandeira -*  
Tradução, introdução e notas: Salvador Mourelo Peres.